

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"A luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissolivelmente ligada à luta contra o oportunismo". (V.I. LENIN)

Uma publicação da Célula Comunista de Trabalhadores (CCT) e da União Reconstrução Comunista (URC) rumosdaluta@gmail.com

Número #10 FEVEREIRO/2022

INFLAÇÃO, IMPERIALISMO E A LUTA DE CLASSES

Parece não ser por acaso que a meta inflacionária perseguida pelos sucessivos governos, desde o Plano Real, situe-se em torno dos tais 5 % ao ano. Como diz o ditado "pimenta nos olhos dos outros, é frescor". Já tivemos oportunidade de abordar a questão da inflação em edições anteriores de Rumos da Luta, nesta página e em nossa página Sindical. Como vimos, além da necessidade que temos de nos organizarmos em nossos sindicatos, é necessário que nos preparemos para a luta ideológica contra aqueles que afirmam que a inflação é causada pelos aumentos salariais dos trabalhadores. A burguesia dispõe de poderosos meios para divulgar sua visão sobre o assunto. Já o proletariado tem recursos muito mais modestos. Por isso é fundamental que assumamos a nossa responsabilidade nesse combate. A inflação é um problema que deve ser combatido pelos trabalhadores, de acordo com os nossos interesses de classe, ou seja, vinculando a luta contra a inflação com a luta pelas reformas estruturais, como a Reforma Agrária, que possibilitem a médio e longo prazos, a eliminação do problema. **PÁGINA 3**



NOS 200 ANOS DA "INDEPENDÊNCIA" DO BRASIL A NOSSA TAREFA É LUTAR

página 8



Os desafios de 2022

O ano 2022 será marcado pela passagem de datas relevantes para a história do Brasil. Em breve completar-se-ão os 100 anos da fundação do PCB - Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista. A realização da Semana de arte moderna também fará seu centenário. Tais acontecimentos provocarão certamente a realização de eventos evocativos dos seus significados para a vida nacional. Ainda neste ano se completarão os 200 anos da nossa separação de Portugal, no próximo dia 7 de setembro.

Leia o Editorial na página 2

A Libertação de nosso povo passa pela Libertação dos povos quilombolas

SINDICAL página 4

A luta da mulher brasileira e alguns movimentos feministas

MULHERES página 7

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal, desenvolvemos um processo de assinaturas únicas de apoio, no valor de R\$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

Os desafios de 2022



O ano de 2022 será marcado pela passagem de datas relevantes para a história do Brasil.

Em breve completar-se-ão os 100 anos da fundação do PCB – Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista. A realização da Semana de arte moderna também fará seu centenário. Tais acontecimentos provocarão certamente a realização de eventos evocativos dos seus significados para a vida nacional.

Ainda neste ano se completarão os 200 anos da nossa separação de Portugal, no próximo dia 7 de setembro. Assim como se registrará também a eclosão do movimento tenentista em nosso país, quando os militares ainda puderam cumprir um papel progressista, ao contrário do que vemos hoje.

Por essa razão, desde 2019, algumas organizações, militantes e ativistas estão desenvolvendo a campanha Brasil: pela segunda e definitiva independência, campanha esta apoiada por Rumos da Luta e da qual também participam a Célula Comunista de Trabalhadores (CCT) e a União Reconstrução Comunista (URC).

A campanha tem como objetivo desenvolver a luta pela segunda e definitiva independência do Brasil, o que implicará a extensão de nossa precária independência política, com a conquista da independência econômica e cultural do nosso país. Ao mesmo tempo, participa e mobiliza as lutas que estão ocorrendo contra os ataques a que somos submetidos. Aqueles que desenvolvem a campanha entendem que, no momento que vivemos, é necessário que os brasileiros e brasileiras de todas as idades, nas cidades e nos campos, busquem compreender profundamente a realidade nacional.

Os grandes problemas que atingem as maiorias nacionais, ou seja, o proleta-

riado urbano e rural e as camadas médias empobrecidas têm solução, mas isto passa pela organização e pela luta dos próprios interessados.

As mulheres e os homens que, conscientes dessa brutal realidade, viverão para celebrar este aniversário, tem diante de si a tarefa de reconstruir as feramentas organizativas que possibilitem a construção de um país que seja de fato uma nação e uma pátria para todos os seus habitantes e não apenas para a minoria.

Um país no qual as necessidades básicas com alimentação, saúde, educação, moradia e lazer para todos os seus filhos sejam satisfeitas é plenamente possível, mas conquistá-lo é uma tarefa do próprio povo trabalhador organizado.

É necessário reconstruir novas organizações para abrir esse caminho, revigorar aquelas que ainda são úteis, que não passaram para o lado dos inimigos do povo, que não se corromperam e não se acomodaram, como tantas que estão por aí.

O governo de Jair Bolsonaro, juntamente com os governos de estados e municípios e parte considerável dos poderes legislativo, judiciário e das Forças Armadas, aprofundam a regressão social, retirando os poucos direitos das classes trabalhadoras.

Nos últimos anos não foi dado nenhum passo no sentido de resolver os problemas que nos afetam. As enchentes em diversos pontos do país mostram uma calamitosa situação, que ocorre todos os anos sem que as autoridades públicas tomem as medidas necessárias. Promover a ciência, que poderia evitar que os desastres naturais matassem as pessoas e destruíssem os seus bens não é um objetivo para os atuais mandatários do país.

A Covid-19 acelerou a morte de mais de 600 mil compatriotas. A maior

parte dessas mortes se deu porque, apesar do heroísmo dos profissionais da Saúde, o sistema não estava preparado para atender a população, e isso mesmo antes da pandemia. O fato é que, com a conivência de sucessivos governos, o sistema público de Saúde do país, o SUS, vem sendo destruído, para favorecer as empresas privadas que atuam neste setor, algumas com a fachada de “organizações sociais”. A falta de atendimento adequado foi o fator que levou a que tivéssemos tantas mortes e os responsáveis são todos aqueles que entendem que tudo, inclusive a saúde das pessoas deve ser considerado um negócio lucrativo.

Os demais serviços fundamentais às condições de vida da maioria da população também foram propositalmente precarizados nas últimas três décadas pelo menos, para favorecer as privatizações. Educação, Transportes, Assistência Social, Comunicações, Energia, tudo foi privatizado, resultando em dificuldade de acesso devido aos preços altos e baixa qualidade.

A campanha Brasil: pela segunda e definitiva independência, ao longo dos últimos três anos, denunciou a política de Bolsonaro e de seus comparsas, promovendo uma série de atividades públicas, presenciais e remotas, visando mobilizar a luta contra os retrocessos que vivenciamos e pelo programa que anuncia e que resultará na efetiva independência do Brasil.

Não haverá melhores dias para o povo brasileiro, se não formos capazes de enfrentar os interesses dos grupos imperialistas que nos dominam, aliados à burguesia brasileira. Não haverá melhores dias para o povo brasileiro, se não formos capazes de levar adiante a necessária luta pela Revolução Brasileira. Neste ano que se inicia, estamos certos, daremos passos firmes nesta direção.

Inflação, imperialismo e a luta de classes

A inflação está de volta ao centro das atenções no Brasil. Não que estivesse totalmente ausente, mas retorna aos debates com mais intensidade, em virtude do aumento significativo do custo de vida em 2021, quando o índice atingiu os dois dígitos.

De acordo com a FGV/IBRE “no Brasil, a inflação ao consumidor é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou simplesmente IPCA. Esse é o índice oficial da inflação no país e é estimado mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Mas esse não é o único índice de inflação do consumidor existente no Brasil. Há também o IPC estimado pela FGV IBRE e o IPC-Fipe estimado pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

O índice de inflação medido por essas instituições, no final de 2021, ficou em torno de 10%. O setor que mais tem puxado para cima a inflação é o de alimentos, com o qual a maioria das famílias brasileiras gasta a maior parte de seus minguados salários. Uma pessoa adulta gasta 70 % do salário-mínimo para comprar uma cesta básica.

Para conter a inflação, o governo de Bolsonaro, assim como os que o antecederam, recorre ao aumento de taxa básica de juros, a Selic, entre outras medidas restritivas. O Relatório de Inflação do Banco Central n-4, de dezembro de 2021 aponta: “Apesar da diversidade de cenários regionais e intrarregionais, as economias emergentes seguem, em geral, com menor espaço fiscal e vulneráveis às alterações das condições financeiras globais e, portanto, mais sujeitas a riscos de descontinuidade na recuperação econômica. Nestes países, as taxas de inflação ao consumidor seguem pressionadas principalmente pelos preços de energia e de alimentos, impactados por desvalorizações cambiais ocorridas desde o ano passado e por desarranjos na oferta. Esses e outros fatores, como o impacto das políticas de apoio à renda sobre o consumo e a progressiva redução das restrições ao funcionamento de alguns setores de serviços, têm contribuído para a aceleração tanto dos índices de inflação quanto de seus núcleos. Da mesma forma, em diversos países, houve elevação expressiva das expectativas de inflação do próximo ano, que já se situam, em alguns casos, acima do centro da meta de inflação. Em resposta a esse cenário, os bancos centrais de importantes economias emergentes, em particular da América Latina e da Europa, continuaram elevando suas taxas de juros”.

Uma passagem do relatório que acabamos de citar indica que a elevação da inflação se deve ao “impacto das políticas de apoio à renda sobre o consumo e a progressiva redução das restrições ao funcionamento de alguns setores de serviços (...)” É o que em “economês” se chama de inflação de demanda (procura). Destacamos esse ponto porque este argumento é sempre levantado contra a reivindicação de aumento salarial pelos trabalhadores. Acreditamos que é útil retomar, ainda que brevemente, o debate histórico sobre esse tema.

Alberto Passos Guimarães enfrentou essas questões em seu livro “Inflação e monopólio no Brasil”, no qual demonstra, como indica o título, a relação entre o fenômeno inflacionário no Brasil e os monopólios, sobretudo os estrangeiros, que ganham, e muito, com a inflação.

No capítulo I, “A marcha vertiginosa dos preços”, após quantificar uma elevação

de preços superior a 10.000 %”, o autor informa que “dois acontecimentos catastróficos – a Primeira e a Segunda guerras mundiais – foram responsáveis pelo desencadeamento das duas graves etapas da inflação brasileira” no século passado. Ou seja, tivemos um surto inflacionário no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914/1918) e outro surto inflacionário que coincidiu com a Segunda Guerra Mundial (1939/1945). Conforme o autor, a Primeira Guerra Mundial marcou o fim de um longo período de estabilização dos preços nos países capitalistas dominantes. A primeira guerra mundial foi também a prova de que os países capitalistas dominantes não tinham mais como resolver suas diferenças de forma pacífica depois que o sistema capitalista entrou na sua fase imperialista. Assim, Guimarães estabelece uma relação direta entre o fenômeno inflacionário e o capitalismo imperialista. “Não será por mera coincidência que a linha divisória (o ano de 1914), interposta entre o longo período de preços relativamente estáveis e o período já bastante prolongado do atual processo inflacionário, marca igualmente a diferença entre a fase do capitalismo ascendente, anterior à primeira guerra mundial, e a fase do capitalismo decadente. E, por menos que desejássemos fazê-lo, seria impossível fugir à observação de que o atual processo inflacionário que persegue o mundo ocidental, está intimamente relacionado com a crise geral do capitalismo”.

No capítulo II, “O regime de preços artificiais e a inflação monopolista”, Guimarães mostra como a burguesia monopolista estrangeira, dominante, aliada aos setores monopolistas internos, controlam o Estado, fazendo com que este proteja seus superlucros, através do mecanismo inflacionário.

Em uma economia capitalista “os preços se formam, em parte, pela intervenção individual dos empresários e, em parte, pela influência de fatos históricos sobre os quais o empresário não exerce nenhum controle. Os preços encerram, pois, essa contradição inevitável e insolúvel. A contradição que se manifesta nos preços é um reflexo da contradição fundamental do capitalismo, existente entre o caráter social da produção e a propriedade privada dos meios de produção”.

No período do capitalismo concorrencial, anterior ao surgimento dos grandes monopólios, a concorrência entre os capitalistas fazia com que os preços pudessem permanecer estabilizados por algum tempo. Já no capitalismo monopolista, o poder dos monopólios impõe um regime de preços artificiais, preços de monopólio. É esse o regime de preços praticado no Brasil, antes e após a nossa passagem ao capitalismo. Como se costuma dizer popularmente, vivemos num país de terceiro mundo, mas temos preços de primeiro mundo.

O que se passa atualmente com o preço da gasolina é muito ilustrativo do que acabamos de ver. O Brasil tem uma grande empresa produtora de petróleo e poderia oferecer os seus derivados aos brasileiros a preços mais acessíveis. No entanto, a política do governo federal estabelece que o preço do produto no Brasil deve seguir os preços externos. É o chamado PPI: Preço de Paridade de Importação. Por essa razão a gasolina subiu 46 % em 2021. Lembremos que a Petrobrás vem sendo privatizada e a maior parte dos lucros gerados pela empresa vai para seus acionistas, nacionais e

estrangeiros. Dessa forma, a política de preços gera grandes lucros para os capitalistas privados, enquanto boa parte dos brasileiros nem podem mais comprar um botijão de gás.

Com a subida dos preços, não resta outra saída aos trabalhadores que não seja defender os seus salários. Teremos assim que enfrentar o debate sobre as causas da inflação, que, para o governo e os patrões, reside justamente nos aumentos de salários, o que não é verdade, a não ser que os representantes dos governos se refiram aos salários deles, que sempre aumentam.

Após os índices inflacionários no Brasil terem chegado a níveis altíssimos nas décadas de 70 e 80 do século passado, os governos passaram a adotar diferentes planos anti-inflacionários. Desde a adoção do Plano Real, no governo de Itamar Franco, estabeleceu-se a política de metas inflacionárias, que procura manter o índice em torno de 5 % ao ano.

O debate sobre essa questão em países como o Brasil remonta há mais tempo, envolvendo diferentes grupos, inclusive no campo burguês. Aqui, em épocas passadas, esse debate polarizou os chamados “ortodoxos” e os “anti-ortodoxos”. Na página 68 de seu livro, comentando essa polêmica, Guimarães afirma: “Donde se vê que os ‘anti-ortodoxos’ da Confederação Nacional da Indústria não são necessariamente contra a inflação, desde que esta se ponha dentro dos limites de um ‘sopro inflacionário’, isto é, uma inflação lenta, que reduza o salário real dos trabalhadores, sem provocar ruidosos protestos, e que transfira essa parte – que saiu dos salários – para os cofres dos capitalistas, sem que dê muito na vista”.

“Que é o ‘sopro inflacionário’? “Responde o Sr. J.P. Almeida Magalhães: ‘Essa idéia é veiculada, frequentemente, sob a forma da tese de que, em países subdesenvolvidos, um aumento anual de 5 % não é inflação’”.

Parece não ser por acaso que a meta inflacionária perseguida pelos sucessivos governos, desde o Plano Real, situe-se em torno dos tais 5 % ao ano. Como diz o ditado “pimenta nos olhos dos outros, é frescor”.

Já tivemos oportunidade de abordar a questão da inflação em edições anteriores de Rumos da Luta, nesta página e em nossa página Sindical. Como vimos, além da necessidade de que temos de nos organizarmos em nossos sindicatos, é necessário que nos preparemos para a luta ideológica contra àqueles que afirmam que a inflação é causada pelos aumentos salariais dos trabalhadores. A burguesia dispõe de poderosos meios para divulgar sua visão sobre o assunto. Já o proletariado tem recursos muito mais modestos. Por isso é fundamental que assumamos a nossa responsabilidade nesse combate.

A inflação é um problema que deve ser combatido pelos trabalhadores, de acordo com os nossos interesses de classe, ou seja, vinculando a luta contra a inflação com a luta pelas reformas estruturais, como a Reforma Agrária, que possibilitem a médio e longo prazos, a eliminação do problema.

Evidentemente, medidas emergenciais precisarão ser adotadas, até que as reformas estruturais possam surtir efeito. A esse respeito também há importantes orientações no livro de Alberto Passos Guimarães, que recomendamos ao estudo de nossos leitores.

A LIBERTAÇÃO DE NOSSO POVO PASSA PELA LIBERTAÇÃO DOS POVOS QUILOMBOLAS



O Quilombo surge no Brasil como resposta de resistência ao escravismo imposto pelo colonialismo português. Esse fenômeno – longe de ser algo particular à realidade brasileira – aconteceu, em maior ou menor medida, em diversos países nas Américas, tais como Haiti, Jamaica, Cuba, Colômbia, Guianas, EUA e etc. Na medida em que o escravismo colonial avançava, também surgia formas de resistência dos povos oprimidos, e esse fator foi determinante, no caso brasileiro, para o desgaste da dominação colonial portuguesa. A República de Palmares – como bem coloca Clóvis Moura – aparece como principal referência e lastro histórico de resistência no período, cito o próprio: “Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata”.

As consequências históricas do sistema escravocrata e colonialista imposto ao Brasil seguem firmemente vivas não somente em nossas memórias, mas, sobretudo, na negação de processos fundamentais para o desenvolvimento nacional, seja no aspecto do desenvolvimento produtivo, seja na garantia de uma ampliação do acesso a direitos basilares e uma democracia que permita uma participação minimamente popular. Neste contexto, gesta-se desde os primeiros anos da colonização dois elementos determinantes para se compreender o Brasil: o racismo e o latifúndio.

Conforme definição da Fundação Cultural Palmares, quilombolas são, basicamente, “comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade”, bem como, nesse trajeto, mantendo tradições culturais derivadas de África e aprendendo “a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação”. Nesse processo, preservou-se práticas e formas de se viver e produzir, sobretudo na agricultura, por anos e anos, do Brasil colônia portuguesa ao Brasil semicolônia do imperialismo. Durante todo esse período, a questão do domínio da terra e do território onde existem tais comunidades tradicionais é um elemento que provoca a repressão por parte do Estado e do velho latifúndio. Neste contexto, a Reforma Agrária não se reduz apenas a uma questão relacionada a produção nacional. É a garantia do pagamento de uma dívida histórica do Estado brasilei-

ro com os povos escravizados e, também, a preservação de uma memória histórica fundamental para a construção e desenvolvimento de nosso povo.

A territorialidade das comunidades quilombolas são fundamentais para sua existência enquanto tal, não se locomove uma comunidade do local onde se efetivou e se desenvolveu por anos, até por séculos. A questão da terra onde se vive caracteriza, entre outros elementos, a forma concreta de se viver dos povos e comunidades tradicionais, sejam indígenas, quilombolas e/ou ribeirinhas. Bem como deveria (é apenas no texto morto da lei) ser obrigação do Estado a garantia da preservação de suas culturas como um patrimônio histórico nacional que, além de explicar de onde viemos, contribui para se compreender quem somos a partir desta constituição diversa de povos e culturas que, de uma maneira ou de outra, forma nossa identidade nacional.

O processo de luta pela terra por grupos sociais diversificados avançou no que diz respeito a políticas de ordenamento fundiário, o que significa a conquista do reconhecimento da diversidade de povos e grupos de trabalhadores no Brasil, com suas formas específicas de se apropriar dos recursos naturais, desde o uso até as maneiras de acesso à terra. Por meio da instrumentalização do programa de reforma agrária ou do sistema nacional de unidades de conservação, além da titulação coletiva da terra, se estabelece um meio de proteção contra a rapina do território dessas comunidades. É claro que, na prática, estes mecanismos são quase absolutamente impedidos pelo avanço dos interesses imperialistas e do velho Estado burguês-latifundiário sobre o campo e o subsolo brasileiro.

Neste processo, a terra tem caráter central, pois é determinante na caracterização do modo de viver e da produção de sua existência específica como comunidades quilombolas. O acesso à terra e sua consequente titulação é ponto primordial na luta dos povos remanescentes de quilombos, no sentido de assegurar sua existência e toda sua complexidade que é pressuposto de tal. No entanto, as constantes mudanças nas regras que condicionam o direito à autoidentificação, a burocracia para delimitar territórios, as restrições para convênios e contratações, novos procedimentos para a consulta de órgãos públicos e o efeito suspensivo das contestações ao relatório de delimitação das áreas quilombolas são expres-

sões das inúmeras formas de inviabilizar a produção e a vida dessas comunidades.

Apesar de, com a Constituição Federal de 1988, o acesso à terra e sua territorialidade serem reconhecidos como direitos elementares das comunidades quilombolas, é observável que se concretizou poucos avanços. As primeiras titulações de terras coletivas destinadas ao usufruto de comunidades quilombolas acontecem somente no ano de 2003. Esse processo de reconhecimento das comunidades quilombolas e seu território é marcado por sua morosidade já nos governos petistas. No entanto, a partir dos governos de Temer e seguindo com Bolsonaro efetiva-se uma estagnação dos processos para garantir direitos de acesso à terra e, também, da própria identificação destas comunidades como remanescentes de quilombos. Tal posição desses governos tem relação direta com interesses dos grandes monopólios imperialistas de mineração, agronegócio e da velha oligarquia latifundiária, utilizando como instrumento o monopólio da terra seja para o exercício de rapina de nossas riquezas nacionais, seja na monocultura de larga escala ou para mera especulação financeira em torno de terras que não produzem absolutamente nada.

De acordo com dados da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), das 3.477 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, somente 162 detêm a titularidade das terras, algo na casa dos 5%. Sendo 1,8 mil processos em tramitação no Incra. E, completamente a margem do reconhecimento do velho Estado burguês-latifundiário, a Conaq estima que existam cerca 2,5 mil territórios quilombolas sem reconhecimento.

A batalha pelo domínio da terra e do território é crucial para avançarmos em nossa segunda e definitiva independência, os povos do Brasil, sob a direção revolucionária operário-camponesa colocará como necessidade imediata a Reforma Agrária. Para uma reparação histórica com nossos povos tradicionais e, sobretudo, para contribuir na formação de uma autonomia produtiva que atenda aos interesses do povo brasileiro. O reconhecimento das comunidades quilombolas, sua territorialidade e toda a complexidade que envolve a questão é parte integrante do processo de libertação nacional e de edificação do socialismo no Brasil. Não aceitaremos qualquer açoite e rapina em nome dos interesses imperialistas e de seus lacaios locais.

América Latina não é quintal de ninguém

Há um ano no cargo de presidente da maior potência imperialista do mundo, Joe Biden, tão badalado por parte da esquerda brasileira, demonstrou até aqui que não há, de fato, diferenças essenciais com o seu antecessor, o falastrão Donald Trump, a não ser questões cosméticas.

Em uma entrevista coletiva no início do ano, Biden em um surto de sinceridade escondido em uma frase humilde, deixou a entender como segue vendo o nosso continente. Joe Biden afirmou que quando criança, na escola, eles costumavam falar sobre o quintal da América. “Não é o quintal da América. O sul da fronteira com o México é nosso jardim da frente”, afirmou.

Ao tentar criticar a política anterior de Trump, acabou por descrever a sua própria: “E somos pessoas iguais. Nós não ditamos o que acontece em qualquer outra parte deste continente ou do sul do continente americano. Temos que trabalhar duro nisso”.

Não é à toa que o presidente norte-americano usa a expressão quintal para se referir à América Latina. Isto é resultado da chamada Doutrina Monroe, que desde o século XIX impõe a política da “América para os americanos”, de considerar a região com “esfera de influência” dos Estados Unidos. Ou seja, uma forma de justificar politicamente o domínio imperialista em nosso continente.

É debaixo dessa arrogância de considerar um continente inteiro e seus povos como parte da sua propriedade, seu quintal ou agora jardim da frente, que os EUA desde 1823 mantêm sua política de intervenção aberta, usando a CIA e suas forças armadas, contra os países soberanos ou governos democráticos da América Latina e do Caribe.

São inúmeros os exemplos dos ataques estadunidenses contra os povos soberanos do nosso continente.

A começar pelo brasileiro, como todos sabemos, no golpe militar de 1964, que derrubou o presidente João Goulart, os Estados Unidos além de todo o apoio e conspiração anterior a tomada do poder pelos seus fantoches militares, já havia preparado a operação Brother Sam, para utilizar a Marinha e Força Aérea dos Estados Unidos para apoiar e combater uma possível resistência do nosso povo diante daquele crime que durou mais de 21 anos.

Da mesma forma, em 1954, dez anos antes, os EUA prepararam a invasão da Guatemala que derrubou o governo democrático de Jacobo Arbenz, dando início a um período de décadas de terror sangrento contra os trabalhadores, camponeses pobres, estudantes do país. O Panamá também foi vítima da mesma forma em 1989, quando os militares ianques para garantir o domínio sobre o Canal que leva o nome do país, invadiu, matou mais de 3 mil panamenhos e derrubou o presidente que ameaçou seus interesses.

A política de invasão é algo constante na política externa norte-americana no continente.

Em 1912, os fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram na Nicarágua e lá se mantiveram até 1933, deixando no

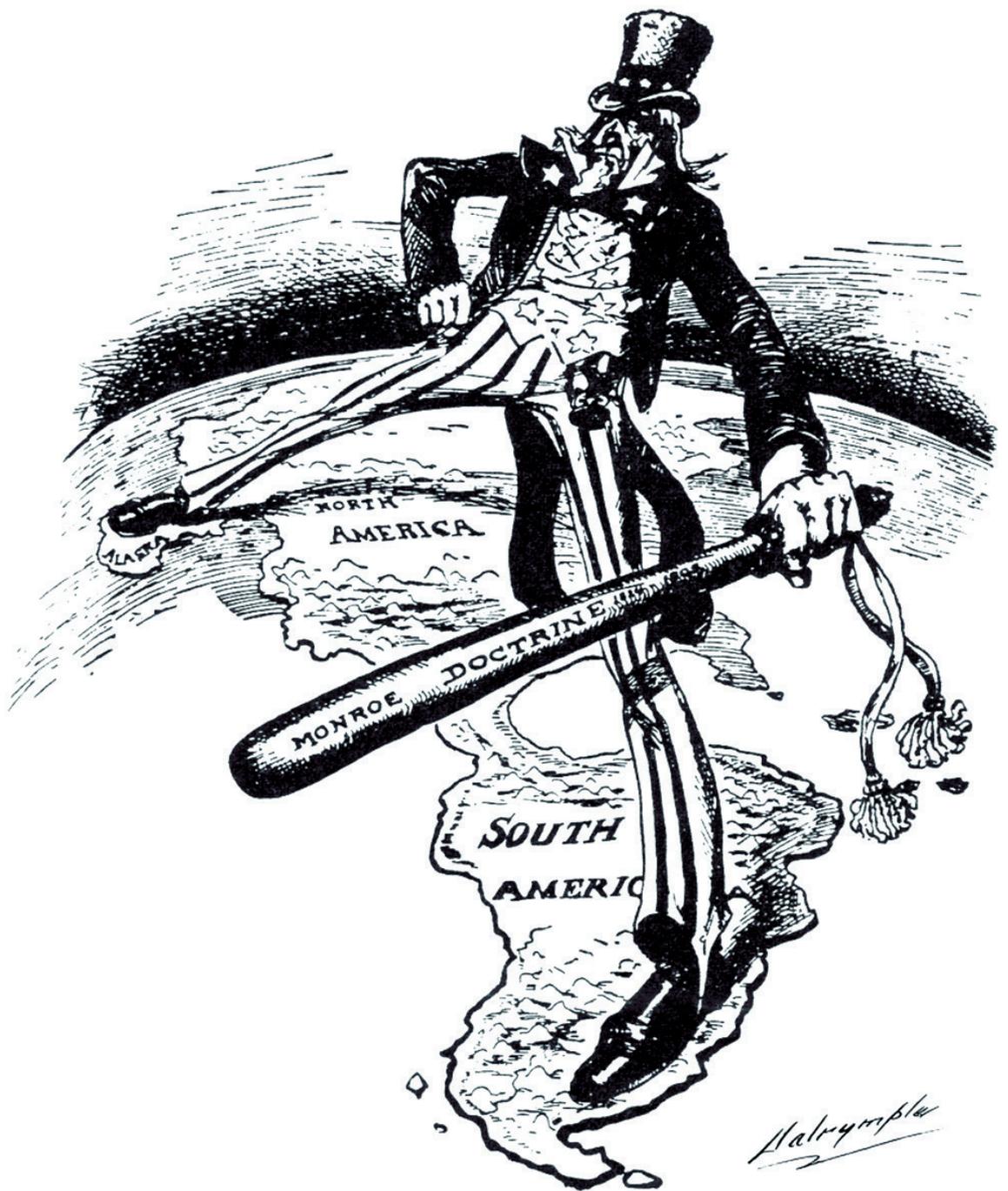
poder o assassino Anastasio Somoza. Com o triunfo da revolução dos revolucionários inspirados no herói Augusto Sandino em 1979, os EUA mantiveram sua política de agressão, financiando mercenários e mantendo o bloqueio econômico contra o país.

Mesmo a pequena ilha caribenha de Granada foi alvo do terrorismo dos EUA, quando em 25 de outubro de 1983, tropas da 82ª divisão aérea invadiram, mataram civis e o presidente democraticamente eleito, Maurice Bishop.

Outro exemplo cristalino da política dos EUA foi o golpe de Estado sofrido pelo presidente chileno Salvador Allende em 1973. Com a participação direta da CIA, as forças militares golpistas sob direção de Augusto Pinochet tomaram o poder para torturar e assassinar milhares de chilenos, impondo uma ditadura brutal e um regime neoliberal que destruiu o país.

Os métodos bárbaros da ditadura chilena, sempre sob a assessoria direta das forças de Washington, serviram como base para a Operação Condor, aplicada pela CIA na Argentina, Uruguai e Brasil, entre outros países sul-americanos, para combater todos aqueles que se levantaram para lutar pela libertação do seu povo.

Mas obviamente, mesmo diante da política agressiva do imperialismo estadunidense, os povos latino-americanos seguem lutando, como lutaram durante os últimos séculos.



Dizem que o célebre escritor colombiano Gabriel García Márquez afirmava que “se não fosse a Revolução Cubana, os ianques já estariam até no Cone Sul”. A primeira revolução socialista da América Latina foi executada debaixo dos narizes do imperialismo estadunidense, a pouco mais de 500 km da costa da maior potência imperialista. Fidel Castro e seus homens e mulheres de Sierra Maestra ao entrar em Havana no dia 1º de janeiro de 1959, deram um novo impulso à luta de libertação nacional em toda a América, com o exemplo de que por mais dificuldades que se imponham, a luta de um povo contra um império pode ser vitoriosa.

Mesmo com todas as tentativas de destruí-la, a Revolução Cubana segue, diante de todas as dificuldades e enfrentando o bloqueio econômico, comercial e financeiro que foi formalmente imposto há 60 anos, pelo então Presidente John F. Kennedy, que emitiu a Proclamação 3447, que decretou um “embargo” total ao comércio com o país antilhano.

Dessa forma, Cuba e todos os povos que se levantaram na luta anti-imperialista contra o nosso inimigo comum do Norte do continente são os exemplos que devemos seguir. Mais uma vez, somente a luta decisiva contra o imperialismo garantirá um futuro para o nosso país, a nossa libertação nacional, para não sermos quintal de ninguém.

5 PONTOS SOBRE O ENSINO SUPERIOR

Formar-se tem sido pauta na vida das recentes gerações de jovens brasileiros. Esse objetivo foi um reflexo da ampliação do Enem com a iniciativa dos programas ProUni e Fies na era Lula. Porém, por mais significativas que tenham sido tais medidas, nos últimos anos, o ensino superior se apresenta cada vez mais defasado e em uma mera mercadoria ao invés de um bem elementar, sobretudo, sob os efeitos da atual pandemia.

Afetadas pelo congelamento dos gastos públicos por 20 anos tutelada pelo governo Temer em 2016, as universidades públicas se encontram, ano após ano, mais sucateadas. Enquanto que, nas instituições privadas, por mais dos ativos do Fies e o desembolso de famílias (que sonham em não somente ver seus jovens formados, mas também, adultos que buscam melhores perspectivas no mercado) o que se vê é o endividamento destes brasileiros sem retorno de um processo de formação qualitativo.

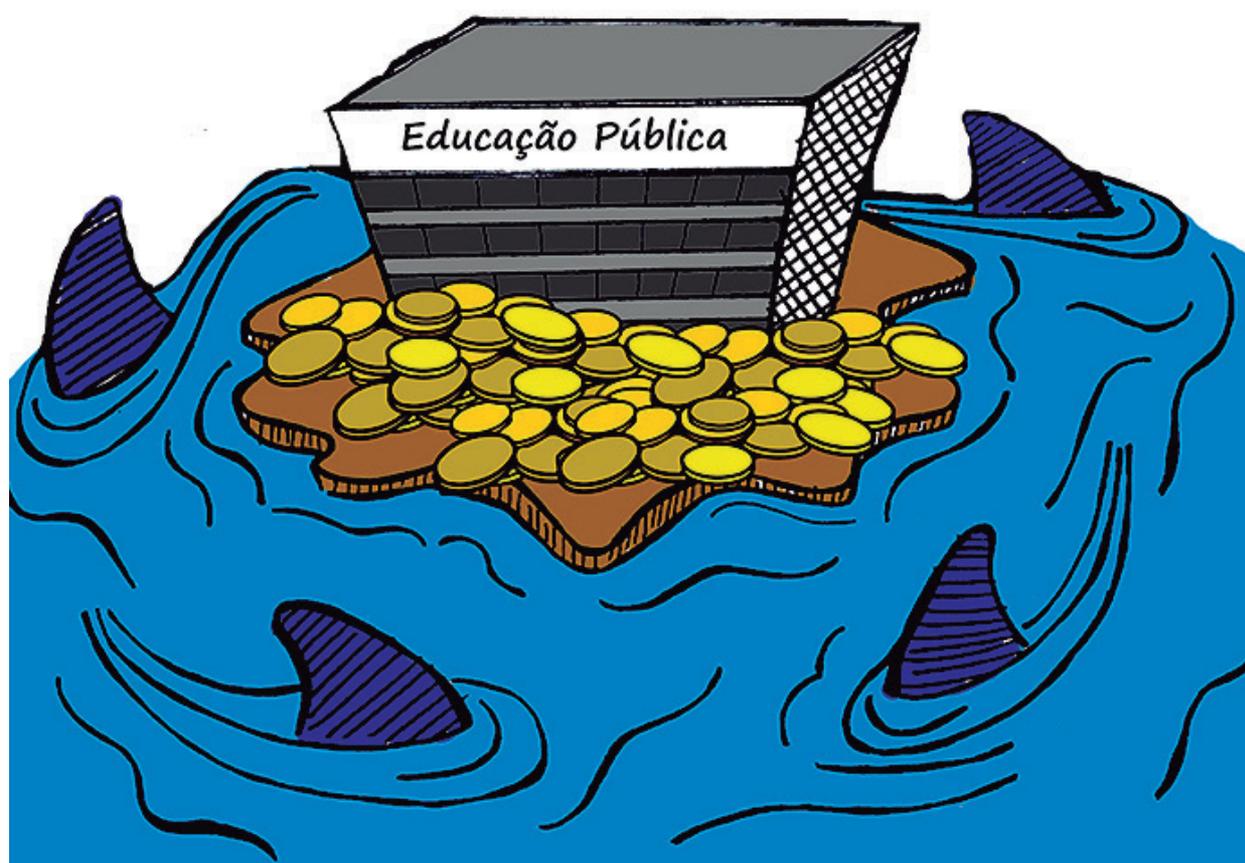
E para compreender essa guinada da precarização do ensino superior no Brasil é fundamental observar como o atual governo, presidido pelo genocida Bolsonaro com o austericida Paulo Guedes, tem tratado com descaso a economia em relação às estratégias para a criação de empregos, sobretudo, nos ramos mais estratégicos para o desenvolvimento do país.

Um exemplo é a presença constante de profissionais formados em engenharia em plataformas de trabalho por renda, exercendo funções como motoristas e entregadores de aplicativos, chamados de meros “colaboradores” por estas plataformas (Uber, iFood, etc.) que são empresas financiadas massivamente por bancos (estrangeiros). Isso, sem mencionar o preocupante alto índice de desemprego (15%).

Feita a introdução, confira os 5 fatos recentes sobre a realidade brasileira do ensino superior destacados:

1) O baixo Orçamento Federal de Bolsonaro e Guedes para 2021 vetou R\$19,767 bilhões, cancelados definitivamente, e com bloqueio adicional de R\$9,3 bilhões em despesas, sendo o ministério da Educação o mais prejudicado com R\$2,7 bilhões bloqueados.

2) Em tempo de pandemia, a má valorização das universidades públicas se mostra ainda mais absurda. Isso porque tem sido notório o papel fundamental delas no planejamento das ações de redução da



transmissibilidade do coronavírus, nos cuidados hospitalares e no desenvolvimento de alternativas de combate à doença e, principalmente, na produção de vacinas.

3) Com a pandemia, também se agravou outro problema, neste caso, mais presente nas instituições privadas de ensino, a ampliação do EAD e demissão em massa de professores, agravando mais a precarização do aprendizado.

4) No fim das contas, o dispêndio e dedicação em anos aos estudos, sempre estão associados à busca da melhor qualificação possível para atuar no mercado de trabalho. Mas a realidade dos brasileiros com diploma e sem emprego tem se tornado mais discrepante com a pandemia. Em comparação ao último trimestre dos anos 2019 e 2020, o número de trabalhadores com ensino superior na informalidade passou de 2,5 milhões para 3,5 milhões, um crescimento de 45%. Na população, em geral, e considerando todos os níveis de qualificação, os informais passaram de 26,1 milhões a 32 milhões neste mesmo intervalo, um aumento de 23%.

5) E em vista desses problemas, é indispensável debater o que os governos têm debatido sobre as estratégias da economia para gerar empregos no Brasil? Será que há

mobilização para dar um basta nessa fuga de profissionais qualificados e resgatá-los em meio à tendência cada vez maior de trabalhadores recorrendo aos postos informais? Em 2016, o governo golpista de Michel Temer orientado por Henrique Meirelles aprovou a reforma trabalhista para combater a crise de 2015 com promessas de desburocratizar os processos de admissão e diminuir as contribuições de seguridade social com a tese de facilitar as contratações para os empresários. Passados os anos, o desemprego se manteve basicamente no mesmo patamar e a informalidade disparou, agravados ainda mais com a pandemia. Uma vez entendido que a geração de empregos qualificados se faz com um estado presente no desenvolvimento econômico com uma pauta industrial estratégica e investindo em matrizes energéticas — este último, com relevante atuação do Brasil atestada, por exemplo, na história e processo de reconhecimento da Petrobras —, o que se vê, na verdade, é o sucateamento dessas plataformas públicas e o assédio do empresariado estrangeiro para que os governos viabilizem suas privatizações.

DO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA, QUE COMPÕE A CAMPANHA BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA

ALDO LEITE: FIGURA DE RESPEITO! NORDESTINO! PROLETÁRIO! COMUNISTA!

Aldo Leite, que faleceu em dezembro passado, foi um militante comunista que migrou do estado do Rio Grande do Norte como muitos nordestinos faziam nas décadas de 70/80 do século passado. Sua saída do seu estado natal já ocorreu na forma de uma ruptura com o patriarcalismo no seio de sua própria família. Chegando em São Paulo, Aldo toma contato com a esquerda católica por meio da Teologia da Libertação e com a leitura marxista. Ele sempre foi um autodidata que buscava ler os clássicos do marxismo e incentivava todos os companheiros a pesquisarem e estudarem muito. Na década de 80 do século passado, ele se tornou uma forte liderança popular. Uma boa quantidade de jovens de esquerda foi forjada pela intensa atividade política de Aldo. Ajudou a construir o PT e seus inúmeros núcleos de base. Foi um dos grandes expoentes da criação de uma organização política chamada Poder Popular e Socialismo, tendência interna ao PT e fortemente enraizada nos movimentos sociais. No PT, Aldo sempre apresentou discordância com a linha reformista eleitoreira da direção majoritária. Foi um dos protagonistas da grande vitória de Luiza Erundina na disputa eleitoral para prefeitura da capital de São Paulo, no final dos anos 80 do século passado, ocupando cargos importantes no governo municipal. A sua dissidência política em relação aos rumos do PT o afastou desse partido mesmo durante a vigência dominante do lulismo nos principais postos governamentais. Nesse sentido, Aldo nunca se rendeu às facilidades e “segurança” de estar amarrado aos cargos públicos por conveniência política e alívio financeiro. Aldo pagou um preço alto pela sua independência política e suas posições de esquerda. Sempre foi ético e corajoso. A melhor visão que podemos passar de Aldo Leite é essa: um proletário, militante comunista que foi forjado na luta política da sua própria classe. Um militante digno, honrado. **(por Cezar Gonçalves)**



A luta da mulher brasileira e alguns movimentos feministas

Um pouco de história

Embora tenhamos conquistado alguns objetivos historicamente reivindicados pelas mulheres no mundo, há muito a ser feito para que a igualdade de sexos seja de fato consolidada na prática, no Brasil não é diferente, as mulheres sempre foram ativas nas suas lutas por igualdade e direitos.

De início, no Brasil Colônia (de 1500 a 1822) as indígenas se revoltaram contra o domínio português, muitas vezes preferindo a morte. Posteriormente, as africanas foram submetidas ao estupro, violência, escravidão e genocídio. Neste período a luta das mulheres brancas passa pelo direito à vida, à participação política, à educação, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho.

No Brasil Império (de 1822 a 1889), o direito à educação feminina é reconhecido, área em que seria consagrada Nísia Floresta (Dionísia Alves Pin) fundadora da primeira escola para meninas no Rio Grande do Sul e posteriormente no Rio de Janeiro, uma grande ativista pela emancipação feminista. Suas obras Conselhos a Minha Filha, de 1842; Opúsculo Humanitário, de 1853 são apontadas como as primeiras obras sobre feminismo no Brasil.

Na República a partir de 1889, mesmo com o movimento feminista se tornando mais amplo, as mulheres brancas da classe média urbana ou rica não votavam e nem tinham acesso fácil ao mercado de trabalho. Já a mulher negra, a indígena e a mulher branca pobre sempre tiveram que trabalhar para sobreviver. No fim do século as mulheres já compunham uma parcela expressiva do operariado urbano, e influenciadas por imigrantes espanhóis e italianos, muitas começaram a apoiar o anarquismo e o socialismo e se envolver em movimentos sindicais, lutando por melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além de protestarem contra as discriminações e abusos a que estavam sujeitas no ambiente laboral.

A partir do século XX são retomadas as discussões acerca da participação de mulheres na política do Brasil. Em 1922 é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino cujos objetivos eram: a luta pelo voto femi-

no e livre acesso das mulheres ao trabalho.

Em 1928 é autorizado o primeiro voto feminino (Celina Guimarães Viana Mossoró – RN) ano que é eleita a primeira prefeita no país (Alzira Soriano de Souza em Lajes -RN) ambos foram anulados, mas estas eleições abriram precedente para a discussão sobre o direito à cidadania das mulheres. Em 24 de fevereiro de 1932, no governo de Getúlio Vargas, é garantido o sufrágio feminino, Código Eleitoral Provisório (Decreto 21076). O direito ao voto e à candidatura das mulheres, somente na Constituição de 1946. Um ano após o Decreto de 32, é eleita Carlota Pereira de Queiróz, primeira deputada federal brasileira, integrante da assembleia constituinte dos anos seguintes.

Durante o período que antecede o Estado Novo, as militantes do feminismo divulgavam suas ideias por meio de reuniões, jornais, explicativos, e da arte de maneira geral. Todas as formas de divulgação da repressão sofrida e os direitos que não eram levados em consideração, eram válidas. Desta forma, muitas vezes aproveitam greves e periódicos sindicalistas e anarquistas para manifestarem sua luta, conquistas e carências.

Entre os dois períodos ditatoriais vividos pelo Brasil, o movimento perde muita força. Destacando conquistas como a criação da Fundação das Mulheres do Brasil, aprovação da lei do divórcio, e a criação do Movimento Feminino Pela Anistia.

As mulheres brasileiras que viviam no período ditatorial aproveitaram que em 1975 foi decretado o Ano Internacional das Mulheres pela ONU (Organização das Nações Unidas) para se reunir, discutir problemas e realizar debates sobre a condição feminina. O movimento apresentava os seguintes objetivos: identificar e denunciar as discriminações e as desigualdades que afetam a situação da mulher brasileira, lutar pela liberação das mulheres enquanto sexo dominado e oprimido, promover a conquista de direitos civis para todas as mulheres e de espaços públicos de atuação para as representantes dessa minoria política. Nos anos 80 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que passaria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, e pas-

sou a ter status ministerial como Secretaria de Política para as Mulheres. Em 1985 foi aberta a primeira Delegacia de Defesa da Mulher; que hoje, só existem em 7,9% das cidades brasileiras. As mulheres marcaram a luta pela anistia.

A Lei Maria da Penha 11.304/2006 pune com mais rigor os casos de violência doméstica. A violência doméstica e familiar contra a mulher antes desta lei era tratada como crime de menor potencial ofensivo e enquadrada na Lei n.9099/1995. Na prática isso significava que a violência de gênero era banalizada e as penas em geral se reduziam ao pagamento de cestas básicas ou trabalhos comunitários. A pena máxima de reclusão do agressor não era superior a dois anos. Com o estabelecimento desta lei, a violência contra a mulher passa a ser definida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial às mulheres. Dessa forma, são instauradas medidas mais rigorosas em relação aos agressores, não mais tipificando o crime de menor potencial ofensivo.

A Lei 13.104/15, mais conhecida como Lei do feminicídio, introduz um qualificador na categoria de crimes contra a vida em decorrência da violência doméstica e da misoginia com ou sem violência sexual e altera a categoria dos chamados crimes hediondos, acrescentando nessa categoria o feminicídio. Um condenado por feminicídio pode pegar de 12 a 30 anos. Somente em 10/03/2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) decreta a inconstitucionalidade da tese Legítima Defesa da Honra, utilizada pela defesa do réu, em caso de feminicídio, para justificar o assassinato de suas companheiras.

No Brasil continua a luta pela igualdade salarial, erradicação da violência doméstica, saúde preventiva, apoio em caso de assédio, divisão do trabalho doméstico, direito ao aborto e etc. As pautas de luta e reivindicação não são unânimes para os diversos grupos feministas, mas é consenso que muitos direitos em termos de igualdade de gênero nos unificam e esta identidade perpassa pela mudança da atual sociedade dividida em classes para uma sociedade menos opressora e desigual na qual vivemos hoje.

Mais um breve comentário sobre a cultura

Nesta edição, continuaremos a traçar um difícil caminho a fim de pensar sobre a formação da cultura nacional, a partir da obra “Síntese da História da Cultura Brasileira” (1970) de Nelson Werneck Sodré. Assim como no livro, dividiremos essa breve análise da cultura em algumas fases, apresentando primeiramente, devido a ordem histórica dos fatos a Cultura Colonial.

O território brasileiro fora invadido pelos seus colonizadores no final do século XV e começo do século XVI, é dito território pois, nessa época não podia se falar de Brasil, e a geografia do país atualmente válida veio muito a posteriori. A então colônia teve como marco a transplantação da cultura metropolitana, dessa maneira, não era de interesse desenvolver uma cultura local, mas sim, queimar as etapas intermediárias desse desenvolvimento, processo com traços brutais como a inegável destruição, ainda que não toda, da comunidade primitiva indígena e de seus valores culturais. A transplantação é realizada com recursos humanos e materiais importados, tendo como característica do processo de “colonização” a exigência de produzir em grande escala nessa terra, fixando-se em faixas de condições geográficas e ecológicas favoráveis para então crescer a partir delas. A

distância entre o território colonizado e a metrópole, no caso do Brasil, gerou o que pode ser chamado de servidão oceânica, o que impediu o avanço ao interior, focando então na expansão nos litorais, pois o transporte do que era produzido dava-se apenas de forma marítima. Uma consequência da servidão foi o isolamento das áreas produtoras que causou um aspecto demográfico de arquipélago, ou seja, áreas povoadas e produtivas geograficamente distantes e sem ligação entre si, marcada pela ausência de vida urbana pois os latifúndios formaram verdadeiros núcleos autônomos, que o país conserva até o século XIX, nessas grandes propriedades rurais que o artesanato começa a aparecer.

A religião teve importante influência, sendo a transmissão da cultura pela colonização e catequização realizada ao mesmo tempo, desta maneira os religiosos foram responsáveis por um bilinguismo no século XVI, já que a classe dominante era pouco numerosa. A língua geral utilizada era o Tupi, idioma de origem indígena que fora proibida em 1727, enquanto a língua oficial era o português e os religiosos usavam entre seus iguais o latim.

Dessa forma não havia “cultura nacional”, senão no sentido quantitativo da

palavra, pois se espalhava pelo território, a passos lentos, uma cultura ocidental, metropolitana, qualificada pela religião católica, transplantada pelo colonizador português. Cultura essa neutra em termos nacionais, estritamente ligada a Europa, onde mesmo os filhos dos senhores recebiam um ensino jesuítico alienado, abstrato e dogmático, um acesso ao básico da educação de forma desinteressada e sem preocupações profissionais, sendo igual em toda a extensão, sem aplicações para a realidade local. Havia um preconceito pelo trabalho da terra e pelos ofícios mecânicos, fazendo do trabalho físico em geral um equivalente à escravidão e a atividade cultural era vista como ociosidade.

Alguns aspectos entretanto apontam embriões de cultura legitimamente nacional, merece destaque a dança, sendo fomentada pela classe dominada, os escravizados, com origens ligadas ao trabalho que buscavam suavizá-lo ou servir a crenças antigas, assim como a música que no século XVI, de origem religiosa, misturava elementos indígenas, que foram apagados historicamente, portugueses e africanos, formando assim cantigas e batuques com novos instrumentos de percussão que marcam importante herança histórica de riqueza musical.

BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA

Nos 200 anos da “Independência” do Brasil a nossa tarefa é lutar

Chegamos a 2022, o ano que marcará os 200 anos da proclamação da independência do nosso país. Em um ano como este, certamente a data será invocada por diversas camadas e setores da fauna política nacional, com maior ou menor oportunismo, para usar isso para seus interesses. Por isso nós, da campanha iniciada há já mais de 3 anos, reforçamos a importância da data, não para usar com demagogia por aí, mas para lembrar a ainda necessária libertação do povo brasileiro e a conquista da nossa segunda e definitiva independência.

Passamos por um momento crítico na história do Brasil: a crise do capitalismo aprofunda ainda mais as desigualdades e a miséria do nosso povo. Enquanto poucos lucram com a crise e a pandemia, dezenas de milhares de brasileiros e brasileiras enfrentam enormes dificuldades para se manterem vivos e com dignidade. A fome mais uma vez aumenta, ainda que o nosso país tenha milhares de terras agricultáveis. Centenas de famílias passam pelo flagelo de não ter o que comer, enquanto o latifúndio e o agronegócio dominam o campo brasileiro e a política nacional.

A política agrária atual amplia a priori a política ao latifúndio e o agronegócio, condenando qualquer ideia de reforma agrária possível e abrindo espaço para uma grande e agressiva ofensiva dos grandes senhores de terras no país contra os camponeses pobres, os indígenas e os quilombolas.

Contra os camponeses vemos cada vez mais os ataques de grileiros, jagunços e mesmo as forças policiais do Estado contra quem resiste na luta pela terra em nosso país. Os massacres de camponeses seguem ocorrendo, como vem acontecendo mesmo nos chamados tempos de “democracia” dos anos 80 para cá.

Os indígenas e quilombolas também veem se aprofundar o plano de sua eliminação enquanto povos. O desmonte da política indigenista é o último estágio da tendência que vem há vários governos, nesse verdadeiro genocídio programado contra os povos originários, para que as classes dominantes se apropriem de suas terras ancestrais.

Os trabalhadores e trabalhadoras das cidades não veem cenário melhor para seu futuro, entregues ao desemprego ou quem ainda tem ocupação, à superexploração da sua força de trabalho. O sistema público de saúde e educação vem sendo destruídos sistematicamente, enquanto todos os demais direitos do nosso povo, conquistados à custa de muito suor e sangue, são atacados um a um pelas ratazanas nos Três Poderes da nossa chamada “República Federativa do Brasil”.

O apodrecimento do velho Estado brasileiro e a crise geral que abate o nosso país e condena o nosso povo a uma vida miserável e sem perspectivas, entregues a todo tipo de sofrimentos, confirmam o que ressaltamos quando do lançamento da nossa campanha, sobre a necessidade de se conhecer concretamente as verdadeiras causas da situação do Brasil, de se livrar de ilusões de um ou outro salvador e de reconhecer quem são os nossos verdadeiros inimigos.

Reafirmamos o que destacamos em nosso documento-base: “nesses mais de 500 anos sempre estivemos submetidos aos interesses estrangeiros e hoje se coloca mais destacadamente o domínio do imperialismo estadunidense que por diversos meios – econômicos, políticos, culturais, ideológicos – dominam o nosso país para atender os seus próprios interesses, impedindo que o Brasil se desenvolva para atender as necessidades do seu povo”.

E para sair de tal situação, não basta só constatar que a conjuntura demonstra que a luta contra o imperialismo e seus fantoches locais é necessária. Precisamos avançar na defesa do programa proposto pela campanha e na luta pela sua concretização. Pois o que devemos enfrentar não é uma situação casual de um governo ou de outro, mas sim um processo que vem de longa data e responde à dinâmica geral do capitalismo. Portanto, somente combatendo as próprias estruturas da nossa dominação é que poderemos um dia conquistar a nossa libertação nacional.

Por isso para 2022, conforme deliberado em nossa III jornada realizada no último mês de setembro, conclamamos todos os nossos militantes e apoiadores a “manter a campanha na rua”, para ampliar as atividades de agitação e propaganda para o próximo período. Nosso objetivo em um ano como este deve ser centralizar o debate nas questões programáticas e na disputa dos símbolos nacionais, focando nas questões fundamentais para o nosso país, que poderão ficar escanteadas em meio a disputas meramente eleitorais. Somente assim poderemos atingir nosso objetivo de longo prazo: buscar avançar nas condições subjetivas para a luta anti-imperialista e de libertação nacional.

Chegamos a um momento fundamental para a nossa luta pela segunda e definitiva independência: 2022 será decisivo para o avanço da Revolução Brasileira. E todos devemos estar preparados. Sigamos na luta!

**DOCUMENTO DA CAMPANHA BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA
PUBLICADO EM SEU ÚLTIMO BOLETIM**